

128

220



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 122227-7

COMARCA 32ª VARA – RECIFE

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE,
ATUAL DENOMINAÇÃO DA SUL AMÉRICA AETNA
SEGUROS E PREVIDÊNCIA

APELADO: CH CONSTRUTORA DE HABILITAÇÕES E
IMOBILIÁRIA LTDA

RELATOR DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS – - PRELIMINAR DE NULIDADE POR IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE: REJEITADA POR UNANIMIDADE - SEGURO DE VEÍCULO – CONserto DE AVARIAS – AUTORIZAÇÃO – FRANQUIA – DÍVIDA EXTINTA – REPARAÇÃO DE DANOS – COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIO ADVOCATÍCIOS – MÉRITO: SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA - DECISÃO UNÂNIME.

Preliminar de nulidade da sentença por impossibilidade do julgamento antecipado da lide:

O julgamento antecipado da lide é faculdade outorgada ao julgador pela lei processual, que o utilizará em caso de tratar de questão unicamente de direito ou sendo de direito ou de fato, haja dispensabilidade de dilação probatória (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil), hipóteses que não implicam em cerceamento ao direito de defesa dos litigantes.

Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

Mérito:

No caso, verifica-se que não pode prosperar o pleito de compensação em relação aos honorários advocatícios e das despesas do processo, haja vista que a parte vencida suportará integralmente os ônus da sucumbência se a parte adversa decaiu

Ry

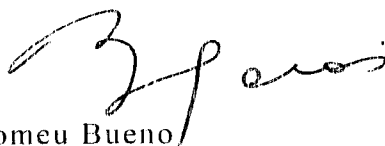
em pequena fração do pedido, não incidindo nesse caso, a regra contida no artigo 21, *caput*, do Código de Processo Civil.

No tocante ao conserto realizado no veículo e, a alegação do apelante de que existiam avarias pré-existentes, ou seja, anteriores ao estabelecimento do pacto contratual não podem prosperar, pois como fundamentou o *juiz a quo*, a apelada não foi comunicada sobre as reparações das pretensas avarias pré-existentes, ademais a seguradora autorizou que a oficina procedesse com o serviço do carro, independentemente de o veículo ter ou não avarias anteriores a firmação contratual.

Sentença mantida. Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 122227-7, em que figura como Apelante SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, ATUAL DENOMINAÇÃO DA SUL AMÉRICA AETNA SEGUROS E PREVIDÊNCIA e como apelado o CH CONSTRUTORA DE HABILITAÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, acordam o seguinte: *"À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de nulidade da sentença por impossibilidade do julgamento antecipado da lide. Mérito: Unanimemente, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 11-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



222

114

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 122227-7

COMARCA: 32ª VARA – RECIFE

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO
SAÚDE, ATUAL DENOMINAÇÃO DA SUL
AMÉRICA AETNA SEGUROS E PREVIDÊNCIA

APELADO: CH CONSTRUTORA DE HABILITAÇÕES E
IMOBILIÁRIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Trata-se de Apelação Cível em Ação de Consignação em Pagamento com pedido cumulado de Reparação de danos, interposta por **CH Construtora de Habilitações e Imobiliária Ltda**, contra a sentença proferida pelo Juiz da 32ª Vara Cível de Recife, no qual os pedidos da Autora, ora Apelada, foram julgados procedentes em parte, tendo sido declarada extinta a dívida da Autora concernente ao valor da franquía, ademais, a parte Ré foi condenada ao pagamento das custas e a honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor da causa.

Inconformada com a sentença, a empresa Ré, interpôs Apelação às fls. 73/85, na qual requer a reforma da sentença monocrática, haja vista que o juiz *a quo* desconsiderou os argumentos elencados em sua defesa, afirma que a Apelada pretende que a Demandada custeie os reparos do seu veículo, incluindo aquelas preexistentes.

Aduz, que com a Lei 8.952/94 o juiz *a quo* deverá realizar a audiência preliminar, também denominada audiência de conciliação, haja vista que, em regra, as normas do processo civil são de ordem pública e, não podem as partes abrir mão de tal direito. Por isto, preliminarmente, requer a Apelante a nulidade da sentença monocrática que julgou

223 119
procedente em parte a demanda, condenando a Autora a assumir todos os custos referentes ao veículo sinistrado.

Alega, também, que o veículo de propriedade da Apelada possuía avarias preexistentes, antes do pacto contratual realizado entre os litigantes, tendo autorizado apenas os reparos das avarias que possuía nexo causal com o sinistro, tendo as demais despesas com o sinistro sido custeada pela Seguradora/Apelante.

Enfatiza, ainda, que em nenhum momento ficou demonstrado que a Apelante teria autorizado que a oficina procedesse com todo e qualquer reparo no veículo, tendo apenas consentido o conserto das avarias que possuíam nexo causal com o sinistro, não merecendo prosperar dessa forma, o fundamento utilizado pelo juízo monocrático de que a Apelante teria autorizado todos os reparos.

Alega que como o pedido foi procedente em parte, os honorários e as despesas devem ser compensados, caso a sentença seja mantida.

ml
Por fim, requer o acolhimento da preliminar suscitada, declarando a nulidade da sentença combatida; caso não seja acolhida a preliminar, que no mérito seja provido o presente apelo, reformando a sentença; que a parte Apelada seja condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios à razão de 20% (vinte por cento); que, sendo mantida a sentença guerreada, incabível a condenação em honorários advocatícios, face a sucumbência de ambas as partes, devendo haver a compensação, conforme entendimento do artigo 21, do Código de Processo Civil.

Em suas contra razões de Apelação às fls. 89/91, a Apelada, em apertada síntese, aduz que os procedimentos preparatórios junto a oficina, bem como a autorização para a realização dos serviços é de competência da Seguradora e da oficina contratada, não tendo havido nenhuma interferência por parte da Autora.

224/ 116 ~

Alega que os documentos juntados aos autos, mostram que nada foi realizado no veículo além do que autorizado pela Seguradora ré, dessa forma não há que transferir qualquer valor relacionado ao serviço, aduzindo, ainda, que a empresa/Apelante, infringiu preceitos legais relativos as obrigações contratuais tratadas no Código Civil, bem como, os da Lei 8.078/1990, (Código de Defesa do Consumidor), que trata da proteção ao consumidor.

Ao final, requer o improvimento do apelo e, a condenação da Apelante ao ônus da sucumbência, bem como às penas de litigância de má fé, conforme artigo 18, incisos II e VII, do Código de Processo Civil.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 16/6/2008



Desembargador Bartolomeu

Relator



130
225

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 122227-7

COMARCA: 32ª VARA – RECIFE

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO
SAÚDE, ATUAL DENOMINAÇÃO DA SUL
AMÉRICA AETNA SEGUROS E PREVIDÊNCIA

APELADO: CH CONSTRUTORA DE HABILITAÇÕES E
IMOBILIÁRIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto Preliminar – Da Nulidade da Sentença. Impossibilidade de Julgamento Antecipado da Lide

O julgamento antecipado da lide é faculdade outorgada ao julgador pela lei processual, que o utilizará em caso de tratar de questão unicamente de direito ou sendo de direito ou de fato, haja dispensabilidade de dilação probatória (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil), hipóteses que não implicam em cerceamento ao direito de defesa dos litigantes.

Verifico que andou bem o *juiz a quo* ao julgar antecipadamente a lide, haja vista que no presente caso, não houve qualquer irregularidade no procedimento, estando tal medida adotada em conformidade com o previsto no artigo 330, inciso I, do Código de processo Civil e, sendo assim, rejeito a preliminar suscitada pela Apelante.

É como voto.

Recife, 15/10/2008

Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



29
131
226

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 122227-7

COMARCA: 32ª VARA – RECIFE

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ATUAL DENOMINAÇÃO DA SUL AMÉRICA AER
SEGUROS E PREVIDÊNCIA

APELADO: CH CONSTRUTORA DE HABILITAÇÕES
IMOBILIÁRIA LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto De Mérito

Visa o apelo reformar a sentença monocrática proferida pelo Juízo *a quo*, cuja decisão foi julgada procedente em parte, tendo sido declarada extinta a dívida da autora concernente ao valor da franquia, ademais, a parte ré, ora apelante, foi condenada ao pagamento das custas e a honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor da causa.

pf Verifico que não pode prosperar o pleito de compensação em relação aos honorários advocatícios e as despesas do processo, haja vista que a parte vencida suportará integralmente os ônus da sucumbência se a parte adversa decaiu em pequena fração do pedido, não incidindo nesse caso, a regra contida no artigo 21, *caput*, do Código de Processo Civil.

Vejamos como se posiciona a jurisprudência pátria a respeito do caso:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERDA MÍNIMA EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INOBSERVÂNCIA. (...)

“(...) Com efeito, impende registrar que a sucumbência recíproca não se configura quando a perda da causa é mínima, a qual é, para esses fins, equiparada a vitória.” (TJPE – Relator Des. Milton Neves)

EMENTA: DECAIMENTO EM PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INOCORRÊNCIA.

“Não se configura a sucumbência recíproca se um litigante decai em parte mínima do pedido, respondendo a parte adversa por inteiro com as despesas processuais, verba honorária.” (TJPE – Relator Substituto Juiz Alberto Nogueira Virgílio)

Quanto ao conserto realizado no veículo e, a alegação do Apelante de que existiam avarias pré-existentes, ou seja, anteriores ao estabelecimento do pacto contratual não podem prosperar, pois como fundamentou o *juiz a quo*, a Apelada não foi comunicada sobre as reparações das pretensas avarias pré-existentes, ademais a seguradora autorizou que a oficina procedesse com o serviço do carro, independentemente de o veículo ter ou não avarias anteriores a firmação contratual.

A bem lançada sentença de fls. 70 a 72, cujos fundamentos leio e incorporo ao meu voto como razão de decidir, não merece qualquer reforma ou censura.

(.....)

Mediante tais considerações **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo a respeitável sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 15-10-2008



DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

126
228

PRELIMINAR

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE".

MÉRITO

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"MÉRITO: UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

Katharina